

MANUAL DO PRODUTO



Sarah Correia Oliveira
Jose Anglada Rivera

MANUAL DO PRODUTO



Sarah Correia Oliveira
Jose Anglada Rivera

FICHA TÉCNICA

Título: TriLegal

Origem do Produto: Trabalho de dissertação “Jogo de tabuleiro no processo de ensino-aprendizagem de direito no Curso de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários”.

Área de conhecimento: Ensino.

Público Alvo: professores e estudantes do curso de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, podendo ser utilizado também em cursos afins, tais como o Bacharelado em Direito.

Categoria do produto: Jogo educacional.

Finalidade: Contribuir positivamente no processo de ensino-aprendizagem de direito no curso de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários.

Estruturação do produto: Jogo educacional composto por dois instrumentos: um é o tabuleiro físico, que apresenta as casas que compõem o percurso a ser seguido e é usado para movimentação dos avatares, apresentando assim suas respectivas posições dentro do jogo. O outro instrumento é o aparelho mobile que trará a funcionalidades e mecânicas do jogo, bem como as perguntas de cada casa, escolha dos avatares e o sorteio (jogar o dado).

Registro do produto/Ano: Biblioteca Paulo Sarmiento do IFAM – Campus Manaus Centro / 2019.

Avaliação do produto: 09 (nove) discentes do curso tecnológico em organização de serviços judiciários, 01 (um) docente responsável por ministrar as aulas da disciplina Elementos do Direito Constitucional e 03 (três) professores que compuseram a Banca de Defesa da Dissertação.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais bem como a proibição de uso comercial do produto.

Divulgação: Em formato digital.

Instituições envolvidas: Instituto Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas e Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

URL: <http://www2.ifam.edu.br/profept>

Idioma: Português

Cidade: Manaus

País: Brasil

O48t Oliveira, Sarah Correia.
Trilegal – manual do produto. / Sarah Correia Oliveira, José Anglada Rivera. – Manaus, 2019.
82 p. : il.

Produto Educacional da Dissertação – Jogo de tabuleiro no processo ensino-aprendizagem de direito no curso de tecnologia em organização de serviços judiciários. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus Manaus Centro*, 2019.

1. Educação profissional. 2. Ensino jurídico. 3. Jogos educacionais. 4. Aprendizagem colaborativa. I. Rivera, José Anglada. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas III. Título.

CDD 378.013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
STORYTELLING	6
GAMEPLAY.....	7
GÊNERO, SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....	9
CONTROLES E COMANDOS.....	10
BOTÕES	11
MUNDO DO JOGO - O TABULEIRO	12
FLUXO DE TELAS.....	13
PERSONAGENS	16
MANUAL DE INSTRUÇÕES	18
DINÂMICA DO JOGO	19
VITÓRIA	20
POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO	20
MECÂNICAS DO GAMEPLAY	21
TECNOLOGIAS	21
ALEATORIEDADE	22
RANKING.....	22
ANIMAÇÕES.....	23
LISTA DAS PERGUNTAS.....	24
PERGUNTAS COM ANIMAÇÃO.....	74
CRÉDITOS.....	81
FONTES	82

INTRODUÇÃO

O presente manual do produto educacional tem o intuito de demonstrar aspectos técnicos, artísticos e narrativos do jogo “TriLegal”. Este documento apresenta enredo, mecânica e objetivo do jogo, bem como aspectos de jogabilidade e ferramentas de desenvolvimento.

O produto educacional TriLegal consiste em um jogo, dos gêneros Quiz e Trivia, para dispositivos móveis dotado de tabuleiro físico que aborda conteúdos atinentes aos Direitos e Garantias Fundamentais insculpidos nos artigos 5º a 14 da Constituição Federal. O aplicativo traz as funcionalidades e mecânicas do jogo, bem como as perguntas, opção de escolha de avatares e o sorteio de casas a serem percorridas, o que se dá através do dado. O tabuleiro é usado para movimentação dos jogadores na trilha, apresentando suas respectivas posições dentro do percurso.

Foi desenvolvido por Sarah Correia Oliveira, mestranda do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Amazonas, sob a orientação do Prof. Dr. Jose Anglada Rivera, com a cooperação dos discentes do curso de Licenciatura em Computação, Jose Carlos da Silva Duarte Filho e Luiz Fabio Bailosa de Alencar, sob a orientação da Prof. Msc. Fernanda Gabriela de Sousa Pires, do Laboratório de Tecnologias Educacionais da Universidade do Estado do Amazonas.

O produto é destinado a professores e estudantes do curso de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, podendo ser utilizado também em cursos afins, tais como o Bacharelado em Direito.

STORYTELLING

A narrativa do jogo trata de uma grande firma de advocacia que abriu edital para a contratação de novos funcionários. Dentre as vagas há uma reservada ao profissional

tecnólogo em organização de serviços judiciários. A vaga exige que o candidato tenha conhecimentos relacionados à organização da estrutura do sistema judiciário, suas divisões e processos de correção e seus aspectos gerais, para atuar, conhecer e compreender as vertentes jurídicas de maneira a desempenhar as atribuições necessárias ao bom desempenho das atividades judiciárias.

Alguns estudantes recém-formados no curso em questão receberam o edital e ficaram super empolgados com a oportunidade, afinal, a firma é uma das mais reconhecidas da área.

Para selecionar os mais aptos a exercer a profissão, o processo seletivo da firma é diferenciado. Os interessados precisam passar por uma disputa que acontece por meio de uma “corrida”. Os candidatos precisam percorrer um caminho que está cheio de perguntas e que devem ser respondidas para poder seguir em frente, a fim de chegar à última pergunta antes dos outros, e respondê-la corretamente. Normalmente o escritório contrata o primeiro a chegar.

Então, a fim de conquistar o tão desejado emprego os estudantes recém-formados partiram nesse percurso, respondendo o máximo de perguntas possíveis, mostrando assim suas habilidades e conhecimentos.

GAMEPLAY

O TriLegal é jogado por dois (quantidade mínima) a quatro (quantidade máxima) participantes. Cada jogador deve escolher um avatar que lhe representará durante a partida. O objetivo é alcançar a última casa, responder a pergunta corretamente e, assim, conseguir o emprego. O progresso do jogador acontece por duas situações: uma é responder corretamente às perguntas apresentadas, o que depende do conhecimento de cada usuário sobre o tema abordado, e a outra é pelo o sorteio, ou o número fornecido

pelo dado nos jogos tradicionais, o qual representa a quantidade de casa que o avatar de cada usuário poderá avançar.

As partidas inicializam após as escolhas dos avatares pelos jogadores bem como o preenchimento do seu apelido. O avatar selecionado pelo jogador o representará durante todo o jogo, sendo utilizado principalmente como *feedbacks*¹ na identificação de cada jogador.

A interação com o celular e o tabuleiro físico é constante. Os jogadores, antes de responder alguma pergunta, usam um dado virtual para sortear a quantidade de casas que o avatar deve percorrer no tabuleiro físico. Ao realizar o sorteio é apresentada a pergunta para o jogador, que deve responder corretamente para assim mover o seu avatar para casa indicada.

Cada casa apresenta uma pergunta diferente. O jogador deve escolher apenas uma das alternativas como resposta. Logo em seguida é dado o *feedback* apresentando a resposta correta para a pergunta, a situação do jogador, se este deve avançar (em caso de resposta correta) ou permanecer na mesma casa (resposta errada). As perguntas são apresentadas em forma de texto com três alternativas. Algumas perguntas trazem um pequeno vídeo de animação para proporcionar ao jogador uma explicação acerca do conteúdo.

Cada rodada consiste em jogar o dado virtual, responder à pergunta apresentada e movimentar o avatar pelo tabuleiro, quando for o caso. O game possibilita ao jogador visualizar as respostas corretas sempre após serem respondidas. Entre as perguntas, existe algumas consequências a serem conferidas aos jogadores, como por exemplo, ficar uma rodada sem jogar ou passar a vez.

A partida termina quando algum dos jogadores chega à casa final do tabuleiro. Em seguida uma tela com os dados dos jogadores é apresentada, indicando suas colocações e quantas perguntas cada um acertou e errou.

¹ O termo *feedback* pode ser interpretado como "retorno", "resposta" que se dá a uma questão, proposta ou ação.

GÊNERO, SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

O TriLegal é um jogo educacional para *smartphones* de gêneros Quiz e Trivia, envolvendo perguntas e respostas do universo jurídico, no qual os jogadores devem interagir com um tabuleiro físico. Se assemelha com alguns jogos Trivia já existentes como o Perguntados produzido pela Etermax e o QuizUp, produzido pela Glu. O quadro abaixo apresenta algumas das características de jogos com TriLegal.

Quadro 1 - TriLegal vs jogos disponíveis no mercado

TriLegal vs. Jogos Disponíveis no Mercado									
	Multiplay	Turnos	Interação real (física)	Ranking	Dados estatísticos	Identificação por avatar	Sorte	Respostas por alternativas	Diversidade de conteúdo
TriLegal	X	x	X	X	X	X	X	X	
quiz Up	X			X	X			X	X
Perguntados	X			X	X		X	X	X
Jogo do Bilhão					X			X	X
Trivia 360				X	X			X	X
Gênio Quiz								X	X
Eu sei				X					X
Advinhe o filme!									
94%					X		X		X
Food Quiz				X	X				
Super Quiz	X	X		X	X			X	X

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O quadro 1 apresenta algumas comparações entre jogos do tipo Quiz e/ou Trivia disponíveis no mercado com o jogo aqui descrito. É possível analisar as seguintes diferenças/semelhanças entre o TriLegal e os jogos apresentados:

- ✓ o TriLegal apresenta uma jogabilidade multiplayer com turnos, ou seja, o jogo é jogado por dois ou mais jogadores. Entre os jogos apresentados apenas o Quiz Up, Perguntados e o Super Quiz, possuem mecânica de multiplayer e somente o Super Quis faz uso de turnos.
- ✓ Dos dez jogos apresentados, apenas quatro não faz uso de ranking e somente três não apresenta dados estatísticos, o TriLegal possui ambas as características.
- ✓ Uma das caracterizas mais comuns em jogos de tabuleiro é o uso de roleta ou dado (característica de sorteio), além do TriLegal, somente o Perguntados e o 94% apresentam essa característica.
- ✓ Jogos do gênero Quiz normalmente fazem uso de alternativas como opções de respostas, dos jogos apresentado quatro trabalham com a opção de escrever a resposta e não escolher entre alternativas.

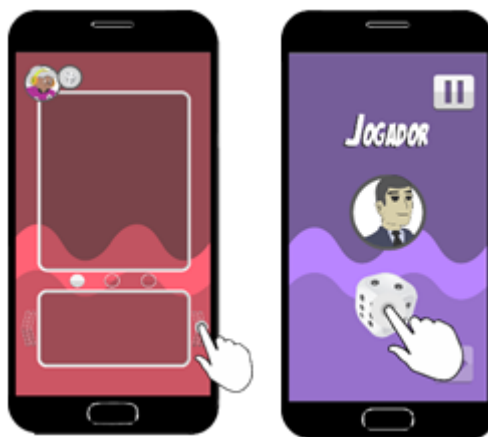
As principais diferenças do jogo proposto são: as características de interação real (física), pois no TriLegal os jogadores interagem com um tabuleiro físico além do *smartphone*; a identificação por avatar, vez que, diferente dos outros jogos, no TriLegal cada jogador é representado por um avatar, tanto no aparelho móvel como no tabuleiro e a ausência de diversidade de conteúdo, vez que se trata de um jogo voltado aos Direitos e Garantias Fundamentais insculpidos nos artigos 5º a 17 da Constituição da República Federativa do Brasil.

CONTROLES E COMANDOS

O Jogo é para *smartphones*, por tanto, os comandos são realizados por meio do toque. As imagens abaixo exemplificam duas ações. Uma representa a escolha da resposta

correta, para isso basta que o jogador toque nas setas esquerda e direita, as três esferas que mudam de cor representam as alternativas atualmente selecionadas. A outra imagem é a mecânica do sorteio do dado, basta que o jogador clique em cima do dado, para assim ele “girar” e sortear um número.

Figura 1 - Exemplos de toques no smartphone











Fonte: TriLegal, 2019.

BOTÕES

Os principais botões indicados na tela do aplicativo são:

Quadro 2 - Botões

	Botão Visualizar Resposta Correta
	Botão Confirmar
	Botão Home
	Botão Configuração

	Botão Pause
	Botões Voltar e Continuar (na navegação e tela)
	Botões Anterior e Próximo (nas alternativas)
	Botão para visualizar os personagens

Fonte: TriLegal, 2019.

MUNDO DO JOGO - O TABULEIRO

O TriLegal é um jogo que usa um tabuleiro físico para a representação do mundo e do percurso que os jogadores devem passar. Cada jogador escolhe (no celular) um avatar para lhe representar no tabuleiro. Cada avatar tem seu representante físico que é usado para visualizar o progresso de cada jogador.

O Tabuleiro é a representação da "arena" de corrida que os jogares precisam realizar para conquistar a tão sonhada vaga de emprego. A "arena" retrata uma pequena cidade, onde suas construções caracterizam-se por serem prédios que fazem referências a áreas como: Educação, Saúde, Segurança, Economia e esporte-lazer alguns desses edifícios são a escola, a universidade, delegacia, hospital, corpo de bombeiros, banco e o tribunal. E as perguntas presentes no jogo fazem menção a esses temas.

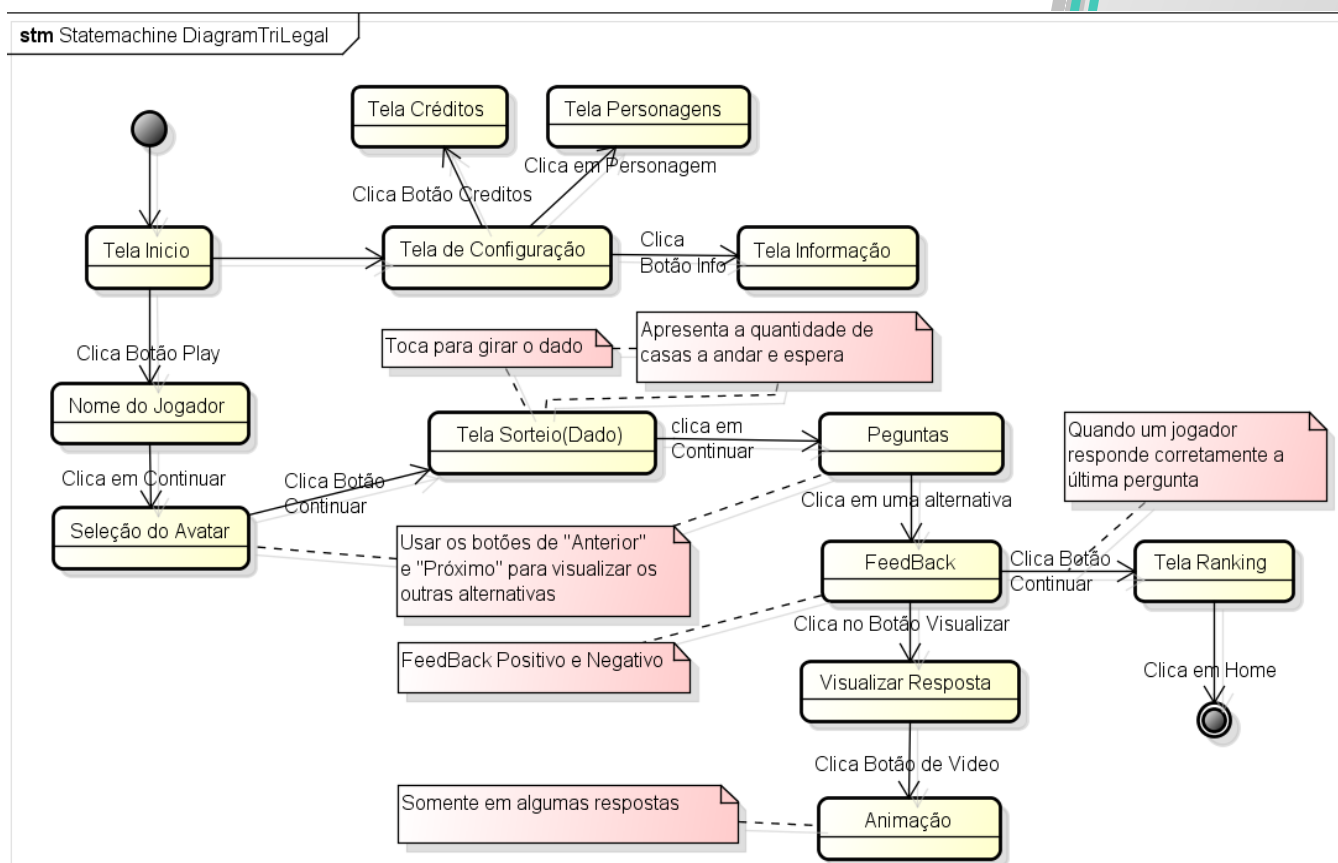
O objetivo do jogo consiste em responder corretamente a pergunta da última casa e assim chegar ao escritório que deseja fazer a contratação, os concorrentes iniciam a partida saindo da primeira casa que simboliza a universidade. Para isso, os jogadores precisam responder questões voltadas para a área do direito que são apresentadas em cada uma das casas.

FLUXO DE TELAS

Fluxo do jogo é baseado no percurso representado no tabuleiro. O tabuleiro é composto por 20 casas diferentes. Durante o percurso o jogador deve responder as perguntas presentes em cada uma das casas.

O diagrama 01 apresenta diagrama de estados, sendo cada estado a representação de uma tela que deverá ser exibida ao jogador. Os eventos que indicam a transição entre as telas são representados pelas arestas do diagrama.

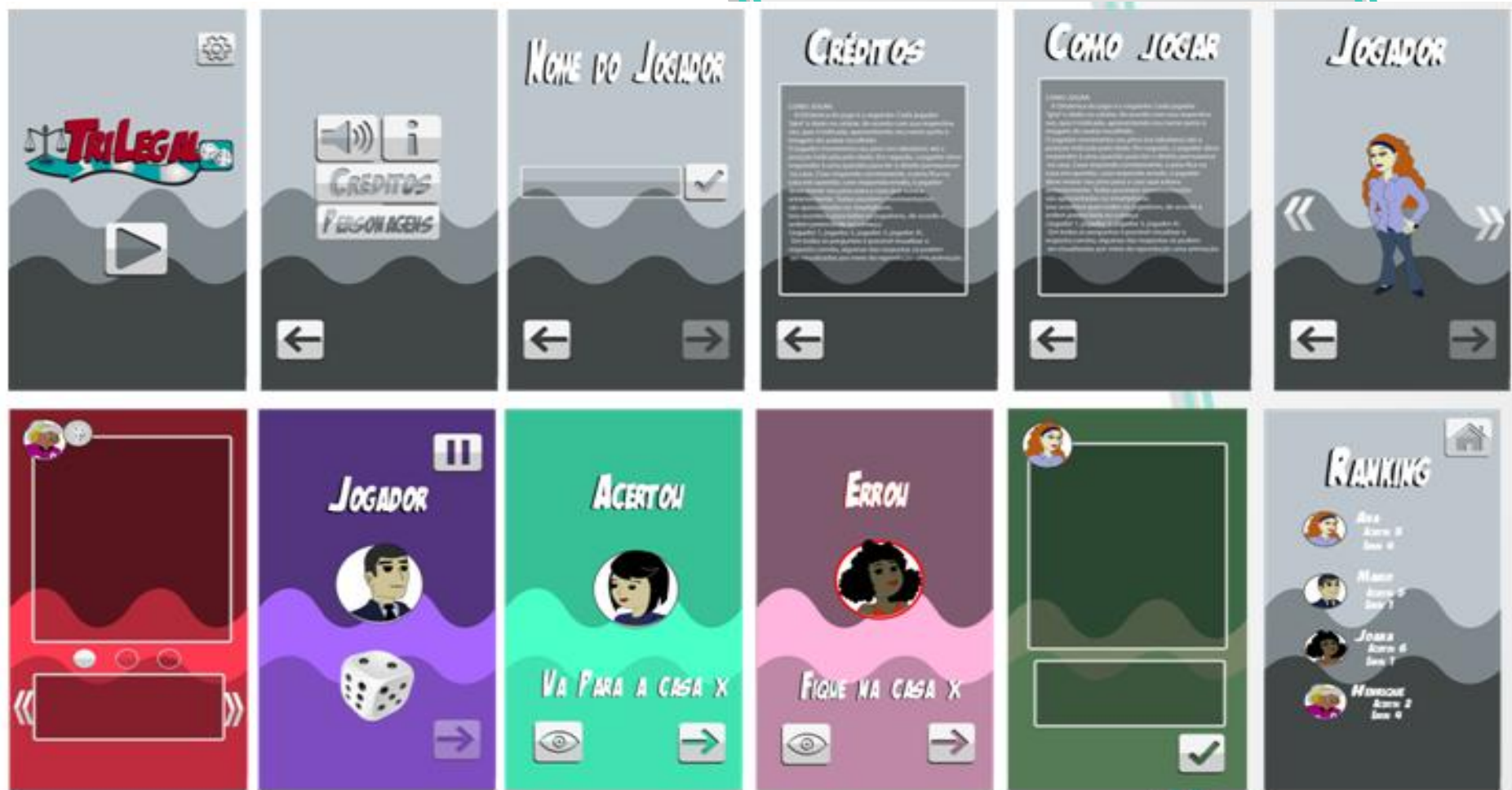
Figura 2 - Diagrama de estado de máquina



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A figura 02 apresenta as telas do jogo me formato de *level design*, que mostra o fluxo das tela e a figura 03 exhibe o tabuleiro físico do jogo.

Figura 3 - Fluxo de telas



Fonte: TriLegal, 2019.

Figura 4 - Tabuleiro físico do jogo













Fonte: TriLegal, 2019.


PERSONAGENS

Os personagens presentes no jogo foram criados exclusivamente para ele. Cada jogador escolhe um dos personagens abaixo para ser seu avatar durante o jogo. Cada personagem possui uma cor específica, no qual são apresentadas em suas telas durante o jogo. E também servem como identificador dos pinos de cada personagem.

Quadro 3 - Personagens

Personagem	Dossiê	Tela
	<p>Cordellia</p> <p>Idade: 67 anos</p> <p>Personalidade: Amável</p> <p>Hobbies: Jogar videogames</p> <p>Disciplina Favorita: direito trabalhista e direito da tecnologia da informação</p>	
	<p>David</p> <p>Idade: 24 anos</p> <p>Personalidade: Intelectual</p> <p>Hobbies: Natação</p> <p>Disciplina Favorita: direito civil</p>	

	<p style="text-align: center;">Lucy</p> <p>Idade: 28 anos Personalidade: Corajosa Hobbies: Viajar Especialidade: direito em políticas econômicas e direito civis</p>	
	<p style="text-align: center;">Viola</p> <p>Idade: 26 anos Personalidade: Muito determinada Hobbies: Fazer caminhadas e praticar exercícios físicos Disciplina Favorita: direito administrativo</p>	
	<p style="text-align: center;">Ariel</p> <p>Idade: 24 anos Personalidade: Extrovertida Hobbies: Treino em artes marciais. Disciplina Favorita: Direito tributário</p>	

	<p style="text-align: center;">João</p> <p>Idade: 26 anos</p> <p>Personalidade: Cômico</p> <p>Hobbies: Desenhar</p> <p>Disciplina Favorita: Direito Tributário</p>	
---	---	---

Fonte: TriLegal, 2019.

MANUAL DE INSTRUÇÕES

O objetivo do jogo é chegar ao escritório, que fica logo após a última casa do tabuleiro. Para isso o jogador precisa percorrer o tabuleiro respondendo as questões das casas em que ele parar, as quais são exibidas no aplicativo do smartphone.

Para ser jogado por 2 a 4 jogadores.

O jogo contém:

- ✓ 01 Tabuleiro
- ✓ 06 Pinos (avatares)
- ✓ Software do Jogo (aplicativo do TriLegal)

Abra o tabuleiro em uma superfície plana. Instale o aplicativo (.apk) no seu smartphone. Com o jogo aberto em seu celular, cada jogador primeiro preenche seu nome e em seguida, cada um, seguindo a mesma ordem anterior seleciona seu personagem.

Após a escolha do personagem, os jogadores devem pegar o pino correspondente à cor que representa seu avatar e posicionar no início do tabuleiro (na imagem que representa a Universidade). Feito isso o jogo Inicia.

Após os avatares serem escolhidos, o primeiro jogador a jogar é aquele que primeiro preencheu seu nome. Lembrando que os pinos correspondem aos personagens de acordo com a cor.

DINÂMICA DO JOGO

A Dinâmica do jogo é a seguinte: Cada jogador “gira” o dado no celular, de acordo com sua respectiva vez, que é indicada, apresentando seu nome junto à imagem do avatar escolhido.

O jogador movimenta seu pino (no tabuleiro) até a posição indicada pelo dado. Em seguida, o jogador deve responder a uma questão para ter o direito permanecer na casa. Caso responda corretamente, o pino fica na casa em questão, caso responda errado, o jogador deve mover seu pino para a casa que estava anteriormente. Todas possíveis movimentações são apresentadas no smartphone.

Isso acontece para todos os jogadores, de acordo a ordem preenchida no começo (Jogador 1, jogador 2, jogador 3, jogador 4). Em todas as perguntas é possível visualizar a resposta correta, algumas das respostas só podem ser visualizadas por meio da reprodução uma animação.

Algumas casas do tabuleiro não apresentam perguntas, mas sim, revés, ou consequência negativa para o jogador. Existem dois tipos:

Duas casas apresentam este revés, a quantidade de casas que devem ser retornadas é escolhida aleatoriamente, podem ser 1, 2 ou 3 casas.

Uma casa apresenta este revés, caso o jogador tenha azar e caia nela, este fica uma rodada sem jogar.

VITÓRIA

O vencedor é aquele que primeiro chegar ao escritório, ou seja, aquele que passar da última casa. Quando um jogador vence o jogo acaba e é apresentado um ranking, indicando a colocação de cada um e sua respectiva quantidade de acertos e erros.

Regra 1 - caso o jogador caia na última casa, este ainda não venceu o jogo, deverá girar o dado novamente e responder à pergunta. Vencerá o jogo se acertar a questão, caso erre, continuará na última casa.

Regra 2 – o jogador que girar o dado estando na última casa, não moverá ser pino.

POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO

O Trilegal pode ser aplicado tanto em turmas do curso tecnológico em organização de serviços judiciários quanto em turmas do bacharelado em direito e em áreas afins.

Recomenda-se que seja realizada a execução do jogo pelos alunos, com a mediação do docente, após a aula sobre os direitos e garantias individuais e coletivos - especificamente os contidos nos artigos 5º a 14 da Constituição Federal - a ser ministrada pelo professor da disciplina direito constitucional no curso.

Há duas possibilidades de execução do jogo: (1) cada personagem ser atribuído a apenas um aluno, até o limite de participantes do jogo, e os alunos excedentes assistirão a partida, enquanto aguardam a sua vez de participar, (2) ou, a formação de pequenas equipes para que cada uma delas seja representada por um personagem durante

a rodada. Para a aplicação do produto, será necessário ter o tabuleiro com peças dos avatares fixos e um aparelho celular contendo o aplicativo do jogo instalado.

MECÂNICAS DO GAMEPLAY

O jogo tem uma mecânica básica e simples. E é trabalhado em dois momentos, um no smartphone, outro no tabuleiro. Primeiramente no smartphone o jogador escolhe um personagem como avatar, para lhe representar durante todo o jogo, tanto no celular como no tabuleiro. Em seguida, em ordem, para cada jogador e um por vez, é apresentado o dado para que seja “jogado” e assim gerar um número que indica a quantidade de casas que o jogador deve movimentar seu pino (avatar no tabuleiro físico), caso acerte a pergunta na casa que caiu permanece nela, caso contrário, volta para casa de onde saiu.

TECNOLOGIAS

O jogo foi programado e organizado na engine de desenvolvimento de aplicativos e jogos Unity 3D, utilizando a linguagem de programação C#. A versão utilizada do software Unity foi à versão 2018.2f. Unity é uma ferramenta que permite o desenvolvimento tanto de jogos 2D quanto 3D, com um potente mecanismo de renderização totalmente integrado e que possui uma versão gratuita a qual foi utilizada para a criação do presente aplicativo. O aplicativo foi projetado para dispositivos com sistema operacional Android de versão 5.1.1 ou superior.

ALEATORIEDADE

A dinâmica do jogo foi toda construída com base em um sistema de aleatoriedade que funciona da seguinte maneira: em cada uma das casas, existe uma quantidade limitada de perguntas com suas respectivas respostas. A versão atual contém oito perguntas em cada uma das casas.

Quando o jogador cai em uma casa o sistema seleciona automaticamente uma das perguntas presentes nela. E em seguida a pergunta é retirada a lista de perguntas, para assim evitar a possibilidade de uma mesma pergunta cair nas rodadas seguintes. Como são no máximo quatro jogadores existem duas perguntas para cada jogador, sendo que cada usará apenas uma, exceto em alguns nos casos de revés (voltar casas), que existe a possibilidade de voltar para uma casa já usada anteriormente.

RANKING

O sistema de ranking do jogo é baseado na quantidade de erros e acertos. Cada jogador possui um contador que contabiliza os erros e acertos individualmente. No final do jogo são apresentadas a quantidade de erros e acertos de cada jogador.

Figura 5 - Ranking



Fonte: TriLegal, 2019.

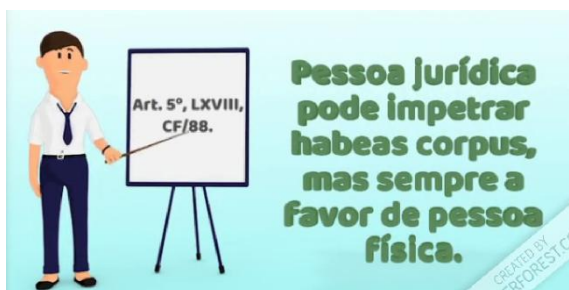
Porém é importante lembrar que não é a quantidade de acertos que define o ranking e as colocações, mas sim a aproximação do final. O vencedor (primeiro lugar) é aquele que primeiro passar da última casa, independente da quantidade de perguntas respondidas. Pois, o jogo além do conhecimento necessário para prosseguir, depende também da sorte, que é dada pelo dado.

ANIMAÇÕES

Algumas respostas são apresentadas por meio de uma animação. As animações foram criadas na plataforma online *Renderforest*, que é uma plataforma de criação de vídeos baseada em nuvem, que é projetada para facilitar o processo de criação de vídeos através da sua simplificação. Fornece possibilidades ilimitadas para todos os tipos de vídeos, apresentações de slides, criação de logotipos, infográficos, etc. Porém os vídeos criados para o TriLegal, foram feitos com a versão gratuita que apresenta algumas limitações.

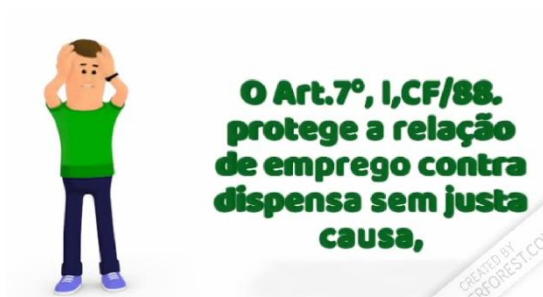
Todas as animações presentes no jogo podem ser encontradas no YouTube no seguinte canal: <http://youtube.com/TriLegal>

Figura 6 - Exemplo de animação



Fonte: TriLegal, 2019.

Figura 7 - Exemplo de animação



Fonte: TriLegal, 2019.

LISTA DAS PERGUNTAS

As perguntas adaptadas de concursos públicos e utilizadas para a composição do banco de dados do aplicativo foram:

01. (2018 – IBFC - Adaptada) A Constituição Federal do Brasil estabelece no Art.5º - Dos Direitos Fundamentais que:

I. É assegurado aos presos o _____ à integridade física e moral.

II. Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de _____.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

A) direito, alimentação

B) respeito, amamentação

C) direito, amamentação

02. (CONSULPLAN - 2018- Adaptada) Em relação aos direitos de nacionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

B) Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro.

C) A Constituição considera brasileiros natos todos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, bem como os nascidos no estrangeiro, de pai e mãe brasileiros, desde que ambos estejam a serviço do Brasil.

03. (2018 - CONSULPLAN- Adaptada) Em relação aos direitos de nacionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A disciplina sobre emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiro é da competência legislativa privativa da União.

B) Não impede a extradição a possibilidade de aplicação das penas de morte e de prisão perpétua, ainda que proibidas pela ordem constitucional brasileira.

C) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

04. (2018 – AOCP – Adaptada) Em concordância com a Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, é direito do trabalhador urbano e rural

A) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, ainda que haja negociação coletiva em sentido diverso.

B) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

05. (2018 - INSTITUTO AOCP- Adaptada) De acordo com a Carta Constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

B) Às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

C) Constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

06. (2018 - FUNRIO - Adaptada) João, filho de pai jamaicano e mãe italiana, nasceu no Brasil, enquanto os pais estavam de férias.

Nesse caso, segundo a CRFB, João

A) possui dupla nacionalidade, brasileira e outra que venha a escolher entre jamaicana e italiana.

B) deverá fazer uma opção por sua nacionalidade.

C) é considerado brasileiro nato.

07. (2018 - IBADE - Adaptada) Segundo os direitos e deveres individuais e coletivos descritos no texto constitucional:

A) aquele que cometer crime hediondo poderá ser preso e considerado culpado antes da sentença penal condenatória transitada em julgado.

B) são inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos.

C) conceder-se-á habeas corpus para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.

08. (2018 - IBADE - Adaptada) Sobre os direitos políticos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

Sobre os direitos políticos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

A) os analfabetos são elegíveis.

B) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos,

C) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezesseis anos e menor de dezoito.

09. (2018 - FCC - Adaptada) De acordo com a Constituição Federal, a soberania popular é exercida, nos termos da lei, por meio de instrumentos como

A) o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular e o voto direto e aberto.

B) a iniciativa popular e o voto indireto e secreto.

C) o plebiscito e o referendo.

10. (2018 - UFSM - Adaptada) De acordo com a Carta Constitucional de 1988, no Capítulo IV, que trata dos Direitos Políticos, a soberania popular será exercida pelo

sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Nos termos do que prevê a Carta, está correto afirmar que

A) a nacionalidade brasileira e o pleno exercício dos direitos políticos são condições de elegibilidade.

B) a idade mínima para concorrer ao cargo de vereador é de dezoito anos e aos cargos de Governador e Vice-governador de Estado trinta e cinco anos.

C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da data da diplomação.

11. (2018 - UFSM - Adaptada) Nos termos da Constituição Federal de 1988, considere as afirmativas a seguir.

I -> São privativos dos brasileiros natos os cargos de Presidente e Vice-presidente da República e de Presidente do Senado Federal.

II-> Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade no-civa ao interesse nacional.

III-> A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mediante plebiscito, referendo, iniciativa popular.

IV-> É vedada a utilização pelos partidos de organização paramilitar.

Está(ão) correta(s):

A) Apenas I e II.

B) Apenas II, III e IV.

C) Todas as alternativas estão corretas.

12. (2018 - PRONUM - Adaptada) São direitos sociais, assegurados pelo Artigo 6º da Constituição Federal:

A) Educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, crédito bancário.

B) Educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer.

C) Educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, previdência privada.

13. (2018 - CONSULPLAN - Adaptada) Avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. “A nossa Constituição não veda a retroatividade da lei, exceto da lei penal que não beneficie o réu.”

PORQUE

II. “O princípio da irretroatividade da lei não é de Direito Constitucional, mas princípio geral do Direito.”

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.

B) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.

C) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

14. (2018 - PM/MG - Adaptada) Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88, assinale a alternativa CORRETA.

A) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando tiver condições de contratar um defensor ou caso não tenha condições, será nomeado um defensor público.

B) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

C)O Brasil não admite pena de morte em hipótese alguma.

15. (2018 - FEPESE - Adaptada) Sobre os direitos políticos previstos no texto constitucional, é correto afirmar:

A)A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto.

B)O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os analfabetos.

C) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

16. (2018 - UFRR - Adaptada) Quanto aos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa incorreta.

A)A lei penal sempre retroage, menos para beneficiar o réu ou a ré.

B)É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

C)É garantido o direito de herança.

17. (2018 - UFRR - Adaptada) Quanto aos princípios e direitos fundamentais assinale a alternativa correta.

A)É condicionado e arbitrado pelo poder estatal o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, mesmo que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

B)São a todos e a todas assegurados(as), mediante o pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

C) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

18. (2018 - UEG - Adaptada) É possível, segundo a Constituição (CRFB) e o Supremo Tribunal Federal (STF),

A) a prisão civil por dívida do depositário infiel.

B) a extradição de brasileiro naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, mas o brasileiro nato nunca poderá ser entregue pelo Brasil a outro país.

C) o uso de algemas como regra, com vistas à proteção dos agentes envolvidos e da autoridade policial.

19. (2018 - VUNESP - Adaptada) Padula é empregado sindicalizado e é candidato a cargo de direção sindical. Nessa hipótese, nos termos da Constituição, é correto afirmar que Padula

A) somente terá garantia da estabilidade no emprego se for eleito como titular, podendo ser dispensado normalmente se eleito apenas como suplente.

D) terá direito à estabilidade no emprego, se eleito, como titular ou suplente, contado da posse até o fim do seu mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

E) não pode ser dispensado a partir do registro da sua candidatura e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

20. (2018 - FCC - Adaptada) O vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo deste indivíduo um componente do povo e capacitando-o a exigir sua proteção e sujeitando-o ao cumprimento de deveres impostos é denominado

A) soberania.

B)nacionalidade.

C)dignidade humana.

21. (2018 - FCC- Adaptada) Os Direitos Sociais, tais como tratados na Constituição Federal e na doutrina constitucional,

A)compreendem os direitos de nacionalidade, dentre os quais o direito à filiação partidária.

B)compreendem, dentre outros, o direito à propriedade material e imaterial.

C) caracterizam-se como liberdades positivas e têm como finalidade a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.

22. (2018 - FCC- Adaptada) Consideradas as formas de aquisição da nacionalidade previstas na Constituição Federal, são brasileiros

A) natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.

B)natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.

C) naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

23. (2018 - FCC- Adaptada) Servidor público com 31 anos de idade, nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, pretende candidatar-se ao cargo de Governador do Estado. Considerando que o servidor contará com três anos e sete meses de efetivo exercício por ocasião do pleito eleitoral,

A)não poderá candidatar-se, salvo se exonerar-se do cargo público, visto que ainda não terá completado o tempo necessário para a aquisição da estabilidade no cargo.

B) poderá candidatar-se, mas ficará afastado de seu cargo efetivo enquanto durar o mandato eletivo, contando-se o seu tempo de serviço nesse período para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

C) poderá candidatar-se, sendo-lhe facultado exercer o cargo efetivo e o mandato eletivo concomitantemente, desde que haja compatibilidade de horários, situação em que perceberá as vantagens de ambos os cargos.

24. (2018 - FCC- Adaptada) De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

A) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.

B) assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.

C) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

25. (2018 - FGV - Adaptada) Maria, pessoa que vive nas ruas por não ter moradia ou mesmo renda própria, foi informada de que a ordem constitucional brasileira considerava a habitação um direito social. Esperançosa, Maria requereu à Secretaria Municipal de Habitação que lhe fornecesse uma casa para morar. O requerimento, no entanto, foi indeferido sob os argumentos de que a lei municipal não regulamentara a forma pela qual o referido direito social seria fruído, bem como por inexistirem recursos para oferecê-lo. Acresça-se que essas duas informações eram verdadeiras.

À luz da sistemática constitucional, os argumentos invocados pela Secretaria Municipal:

A) não impedem o atendimento do pleito de Maria, já que a fruição de todo direito fundamental deve ser garantida;

B) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de recursos para o seu oferecimento;

C) impedem a fruição do direito social pleiteado administrativamente por Maria.

26. (2018 - FGV - Adaptada) José pretendia concorrer ao cargo de vereador e foi informado de que deveria possuir direitos políticos. Por desconhecer como poderia cumprir essa exigência, solicitou a orientação de um advogado.

À luz da sistemática constitucional, o advogado informou, corretamente, que esse requisito é cumprido:

A) apenas com o nascimento no território brasileiro;

B) com a aquisição da nacionalidade brasileira;

C) com a realização do alistamento eleitoral;

27. (2018 - FGV - Adaptada) Pedro, servidor público estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar e recebeu, ao final, a sanção de suspensão de 10 (dez) dias, o que também lhe acarretou outros prejuízos estatutários, como a impossibilidade de ser promovido por merecimento nos dois anos seguintes. Apesar da gravidade das consequências, Pedro não foi defendido por advogado.

Considerando as garantias constitucionais asseguradas aos brasileiros em geral, a ausência de defesa por advogado:

A) não afronta a ordem constitucional, desde que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;

B) não afronta a ordem constitucional, desde que Pedro tenha renunciado ao direito à defesa por advogado;

C) afronta a garantia constitucional do devido processo legal;

28. (2018 - FGV - Adaptada) François nasceu no território brasileiro durante o período em que seus pais, nacionais franceses, aqui estavam por se encontrarem em gozo de licença na fábrica de bijuterias em que trabalhavam na França.

À luz da sistemática constitucional, François:

A) é brasileiro nato, desde que seus pais tenham requerido;

B) é brasileiro nato, desde que o requeira aos dezoito anos;

C) é brasileiro nato, independente de requerimento;

29. (2018 - FCC- Adaptada) Um grupo de empregados atuantes em determinada empresa afirmou ao seu superior hierárquico que pretende constituir um sindicato da categoria, fato esse que levou os empregados e o diretor da empresa a consultarem vários advogados a respeito do assunto. Dentre as orientações que receberam, mostra-se compatível com a Constituição Federal aquela segundo a qual

A) é desnecessária autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, sendo vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

B) o sindicato poderá ter a mesma base territorial de organização sindical do mesmo grau que represente a mesma categoria profissional ou econômica dos empregados, desde que assim deliberem os respectivos associados, não podendo sua área de atuação ser inferior à de um Município.

C) o sindicato poderá defender os direitos e interesses coletivos da categoria em questões judiciais ou administrativas, mas não poderá fazê-lo para defesa de direitos e interesses individuais.

30. (2018 - FGV - Adaptada) Jean, brasileiro naturalizado, que adquiriu grande popularidade em razão de suas atividades filantrópicas, decidiu concorrer a um cargo

eletivo. No entanto, estava em dúvida se concorreria ao cargo de Vice-Presidente da República, de Governador ou Senador.

À luz da sistemática constitucional, Jean poderia concorrer apenas ao(s) cargo(s) de:

A) Vice-Presidente e Governador;

B) Governador e Senador;

C) Vice-Presidente;

31. (2018 - DÉDALUS CONCURSOS - Adaptada) Considerando os Direitos e Garantias Fundamentais no capítulo que aborda os direitos sociais, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

A) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

B) Salário mínimo proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

C) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

32. (2018 - FGV - Adaptada) Peter, filho de John e Mary, ambos de nacionalidade norte-americana, nasceu no território brasileiro quando seus pais, trabalhadores em uma indústria nos Estados Unidos da América, aqui estavam em gozo de férias.

Utilizando-se as normas constitucionais afetas à nacionalidade como referência, é correto afirmar que Peter

A) pode optar pela nacionalidade brasileira quando completar dezoito anos de idade, pois nasceu no território brasileiro.

B) É brasileiro naturalizado, isto por ter nascido no território brasileiro, mas ser filho de estrangeiros.

C) É brasileiro nato, pois nasceu no território brasileiro e os seus pais não estavam a serviço do seu país.

33. (2018 - QUADRIX - Adaptada) Maria, brasileira nata, mudou-se para a França em razão do trabalho. Alguns anos depois, casou-se com Pierre (francês), com quem teve o filho Pedro (nascido em solo francês).

Considerando esse caso hipotético e as regras constitucionais sobre nacionalidade, assinale a alternativa correta.

A) Não há previsão constitucional para que Pedro alcance status de brasileiro nato.

B) Pedro será brasileiro naturalizado se for imediatamente registrado em repartição brasileira competente.

C) Mesmo nascendo em território estrangeiro e sendo filho de pai francês, Pedro será brasileiro nato caso Maria esteja a serviço do Brasil.

34. (2018 - IBFC- Adaptada) Assinale a alternativa que se encontra em contrariedade com os direitos sociais, como tais previstos expressamente na Constituição Federal da República:

A) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias

B) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal

C) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei

35. (2018 - IBFC- Adaptada) Com relação ao direito de greve, assinale a alternativa incorreta:

A) Os abusos cometidos no exercício do direito de greve sujeitam os responsáveis às penas da lei

B)A Constituição Federal assegura o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre os interesses que devam por meio dele defender

C)É vedada a realização de greve em atividades essenciais

36. (2018 - IBFC- Adaptada) A Constituição Federal da República afirma que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante determinados instrumentos, dentre os quais não se encontra:

A)o plebiscito

B)a ação popular

C)a iniciativa popular

37. (2018 - IBFC- Adaptada) O voto e o alistamento eleitoral são obrigatórios para:

A)os cidadãos maiores de setenta anos

B)os cidadãos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos

C)os cidadãos maiores de dezoito anos

38. (2018 - MARINHA - Adaptada) Acerca dos direitos sociais, da nacionalidade e dos direitos políticos, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a opção correta.

A)Tanto o trabalhador urbano como o rural possuem direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes em creches e pré-escolas, desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade.

B)Os direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil são aplicáveis, em sua totalidade, à categoria dos trabalhadores domésticos.

C) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e de Ministro de Estado da Defesa.

39. (2018 - FUNRIO - Adaptada) NÃO se trata de um direito social, consagrado constitucionalmente, a/o

A) alimentação.

B) lazer.

C) propriedade.

40. (2018 - FUMARC - Adaptada) NÃO constitui cargo privativo de brasileiro nato:

A) Senador da República.

B) Oficial das Forças Armadas.

C) Ministro de Estado da Defesa.

41. (2018 - FCC - Adaptada) Por razões de convicção política e filosófica, determinado indivíduo, brasileiro nato, de 21 anos, recusa-se a prestar serviço como jurado, para o qual havia sido convocado pelos órgãos competentes da Justiça, assim como deixa de votar nas eleições para Prefeito e Vereador do Município em que reside, realizadas em turno único. Nessas hipóteses, à luz da Constituição Federal,

A) ambas as condutas são admissíveis, ficando o indivíduo sujeito à suspensão de seus direitos políticos apenas na hipótese de recusar-se igualmente ao cumprimento de prestação alternativa, fixada em lei.

B) ambas as condutas são admissíveis, embora ocasionem desde logo a suspensão dos direitos políticos do indivíduo, enquanto perdurar a recusa ao cumprimento das obrigações em questão.

C) nenhuma das condutas é admissível, uma vez que somente se autoriza a recusa ao cumprimento de obrigação legal a todos imposta por motivo de convicção religiosa.

42. (2018 - FCC - Adaptada) Considere o seguinte trecho extraído de ementa de acórdão do Supremo Tribunal Federal:

O excesso de prazo, quando exclusivamente imputável ao aparelho judiciário – não derivando, portanto, de qualquer fato procrastinatório causalmente atribuível ao réu – traduz situação anômala que compromete a efetividade do processo, pois, além de tornar evidente o desprezo estatal pela liberdade do cidadão, frustra um direito básico que assiste a qualquer pessoa: o direito à resolução do litígio, sem dilações indevidas (...) e com todas as garantias reconhecidas pelo ordenamento constitucional, inclusive a de não sofrer o arbítrio da coerção estatal representado pela privação cautelar da liberdade por tempo irrazoável ou superior àquele estabelecido em lei.

Enfoca-se, no caso, a garantia constitucional segundo a qual

A)ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.

B)ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

C)a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

43. (2018 - VUNESP - Adaptada) Nos termos da Constituição Federal, o voto popular

A)deve ser direto, aberto, universal e periódico, com valor igual para todos.

B)é facultativo para os analfabetos; os maiores de sessenta anos; e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

C)não pode ser exercido pelos estrangeiros e pelos conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

44. (2018 - VUNESP - Adaptada) Nos moldes da Constituição Federal, constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei:

A) a prática do racismo.

B) qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

C) a prática da tortura.

45. (2018 - INSTITUTO AOCP- Adaptada) Paulo, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, é o responsável pela folha de pagamentos do tribunal e, portanto, precisa dominar as disposições constitucionais acerca do salário e remuneração do trabalho. Sobre esse assunto, assinale a alternativa que NÃO representa um direito social previsto expressamente na Constituição Federal.

A) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

B) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

C) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

46. (2018 - VUNESP - Adaptada) A prática do racismo é uma conduta que é severamente combatida pelas normas de direitos humanos internacionais. No Estado brasileiro, a Constituição Federal estabelece, quanto a essa matéria, que o racismo é crime

A) inafiançável e imprescritível.

B) hediondo.

C) insuscetível de graça ou anistia.

47. (2018 - VUNESP - Adaptada) Paulo é estrangeiro, residente no Brasil há 19 anos ininterruptos, mas tem uma condenação criminal na justiça brasileira e pretende obter a sua naturalização como cidadão brasileiro. Nos moldes da Constituição Federal, Paulo

A) não tem direito à naturalização, independentemente de sua nacionalidade de origem, uma vez que, embora preencha o requisito de tempo de residência no Brasil, não pode ter condenação criminal.

B) tem direito à naturalização, independentemente de sua nacionalidade de origem, pois preenche os requisitos constitucionais de tempo de residência e a condenação criminal não o impede de obtê-la.

C) não tem direito à naturalização, uma vez que não preenche o requisito constitucional de tempo mínimo de residência no Brasil.

48. (2018 - INAZ- Adaptada) Situação hipotética: Pitolomeu, nascido em Recife, filho de pai e mãe brasileiros, farmacêutico de profissão, é aprovado em processo seletivo para fazer seu doutorado em uma cidade ao sul da Alemanha. Após três anos morando fora do Brasil, Pitolomeu é surpreendido com uma lei federal alemã que impõe aos estrangeiros residentes no país a naturalização como condição de sua permanência em território nacional. Faltando apenas alguns meses para a conclusão de seu curso, ele opta por cumprir a exigência local e concluir seus estudos. Pitolomeu, ao retornar ao Brasil, será considerado:

A) Estrangeiro, uma vez que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade.

B) Estrangeiro, porém, poderá recuperar a nacionalidade brasileira após sua residência ininterrupta por, no mínimo, um ano em território brasileiro.

C) Brasileiro, uma vez que a imposição de naturalização pela Alemanha como condição de permanência em seu território não provoca a perda da nacionalidade brasileira.

49. (2018 - COPESE - Adaptada) Considerando os termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na própria Constituição.

B) É privativo aos brasileiros natos o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores.

C) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

50. (2018 - FCC - Adaptada) À luz da disciplina constitucional dos Direitos e Garantias Fundamentais,

A) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

B) é permitida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

C) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do dano causado.

51. (2018 – UERR - Adaptada) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade é garantia assegurada:

A) aos brasileiros e aos estrangeiros, irrestritamente.

B) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.

aos estrangeiros, onde quer que se encontrem, e aos brasileiros residentes no País.

52. (2018 - UERR - Adaptada) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, são:

A) apátridas.

B) estrangeiros.

C) brasileiros natos.

53. (2018 - UERR - Adaptada) São Direitos Sociais expressamente previstos na Constituição Federal, exceto:

A) O livre exercício de qualquer trabalho.

B) A assistência aos desamparados.

C) O transporte.

54. (2018 - UERR - Adaptada) Considerando o texto expresso da Constituição Federal, assinale a alternativa que completa corretamente a expressão “Todo o poder emana do povo, que o exerce ...”

A) por plebiscito, diretamente, ou por meio de referendo, diretamente, nos termos desta Constituição.

B) por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

C) pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.

55. (2018 - FCC - Adaptada) Em certa pequena propriedade rural reside família que cultiva produtos agrícolas no mesmo local, tendo o imóvel sido dado em garantia de empréstimo contraído para custear o combate a pragas existentes na plantação. Não sendo liquidado o pagamento da dívida no prazo convencionado, o credor promoveu a respectiva cobrança judicial, motivo pelo qual foi expedido mandado judicial de penhora do referido imóvel. Ao cumprir o mandado de penhora, o oficial de justiça foi impedido pela família, tanto durante o dia, quanto durante a noite, de ingressar no imóvel. De acordo com a Constituição Federal, ao determinar a penhora da referida propriedade rural na situação narrada, o juiz agiu

A) incorretamente, não podendo o oficial de justiça, ademais, ingressar no imóvel sem consentimento do morador, sem que haja ordem judicial do juízo penal competente requisitando o auxílio de força policial.

B) incorretamente, não podendo o oficial de justiça, ademais, ingressar no imóvel durante a noite, sem o consentimento do morador, para cumprimento de determinação judicial.

C) incorretamente, mas o oficial de justiça poderia ingressar no imóvel em qualquer horário, ainda que sem o consentimento do morador, para cumprimento de determinação judicial.

56. (2018 - CESPE - Adaptada) De acordo com o entendimento do STF, a polícia judiciária não pode, por afrontar direitos assegurados pela CF, invadir domicílio alheio com o objetivo de apreender, durante o período diurno e sem ordem judicial, quaisquer objetos que possam interessar ao poder público. Essa determinação consagra o princípio do(a)

A) legalidade.

B) reserva da jurisdição.

C) ampla defesa.

57. (2018 - CPECON- Adaptada) Nos moldes apresentados pela Constituição Federal de 1988, constitui crime inafiançável e imprescritível

A) o racismo.

B) o crime hediondo.

C) o crime político.

58. (2017 - FEPESE - Adaptada) Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos no texto constitucional.

A) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

B) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

C) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

59. (2017 - CESPE- Adaptada) O art. 5.º da CF estabelece que “não haverá juízo ou tribunal de exceção” (inciso XXXVII) e “ninguém será sentenciado senão pela autoridade competente” (inciso LIII). Essas disposições constitucionais expressam o princípio

A) da independência judicial.

B) do contraditório.

C) do juiz natural.

60. (2017 - CESPE- Adaptada) Embora a CF preveja a inviolabilidade das comunicações telefônicas, é admitida a interceptação das comunicações telefônicas, na forma da lei, para fins de investigação criminal ou

A) instrução processual penal, mediante autorização judicial, ou investigação de ato de improbidade administrativa, por determinação do Ministério Público.

B) instrução processual penal, mediante autorização judicial, por determinação de comissão parlamentar de inquérito regularmente instaurada, ou investigação de ato de improbidade administrativa, por determinação do Ministério Público.

C) instrução processual penal, mediante autorização judicial.

61. (2017 - FCC - Adaptada) Certa pessoa premeditou o assassinato de outra por motivo de dívida de dinheiro, tendo causado sua morte. O crime foi cometido à vista de autoridades policiais, que conduziram o ofensor perante o Delegado de Polícia para que fosse preso. Considerando o disposto na Constituição Federal, nesse caso a prisão do ofensor

A) é admitida, uma vez que o crime foi praticado em flagrante delito, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado, competente para o julgamento dos crimes dolosos.

B) é admitida, uma vez que o crime foi praticado em flagrante delito, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal do Júri, sendo-lhe assegurado o direito à plenitude de defesa.

C) não é admitida, uma vez que o acusado somente poderá ser considerado culpado após sentença penal transitada em julgado proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado.

62. (2017 - FCC - Adaptada) De acordo com o regime constitucional de proteção dos direitos fundamentais,

A) o direito à inviolabilidade de domicílio abrange a casa em que o indivíduo mantém residência, mas não impede que a autoridade policial ingresse em estabelecimento profissional de acesso privativo, contra a vontade de seu proprietário, sendo desnecessária ordem judicial nesse caso.

B) o sigilo bancário e o sigilo fiscal não podem ser afastados por ato de comissões parlamentares de inquérito, mas apenas por atos praticados por autoridades judiciais.

C) é constitucional lei que autorize as autoridades e os agentes fiscais tributários examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso, se tais exames forem considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.

63. (2017 - FCC - Adaptada) A Constituição Federal de 1988, ao tratar dos direitos e deveres individuais e coletivos,

A) prescreve que a natureza do delito praticado não pode ser critério para determinar o estabelecimento em que a pena correspondente será cumprida pelo réu.

B) atribui ao júri a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assegurando a plenitude de defesa, a publicidade das votações e a soberania dos veredictos.

C) excepciona o princípio da irretroatividade da lei penal ao permitir que a lei seja aplicada aos crimes cometidos anteriormente a sua entrada em vigência, quando for mais benéfica ao réu, regra essa que incide, inclusive, quando se tratar de crime hediondo.

64. (2017 - FAUGRS- Adaptada) Considere as afirmações abaixo, segundo a Constituição Federal.

I - A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

II - O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

III- Salvo nos casos previstos em lei específica, não haverá distinção entre brasileiros natos e naturalizados.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.

B) Apenas I e II.

E) I, II e III.

65. (2017 - UFSM - Adaptada) Considerando todos os preceitos constantes da Constituição Federal de 1988 (CF/88), assinale a alternativa que NÃO corresponde ao seu texto legal.

A) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

B) Não haverá pena de caráter perpétuo, salvo em caso de guerra declarada, no termos do art. 84, XIX da CF/88.

C) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa em responsabilidade da autoridade competente.

66. (2017 - FMP CONCURSOS - Adaptada) Quando a CRFB/88, em seu art. 5º, LVI, traz a proibição de provas obtidas por meios ilícitos, podemos afirmar que

A) apenas assegura a utilização das melhores provas para a obtenção da verdade dos fatos.

B) está vedando apenas as provas ilícitas obtidas com a violação de normas processuais.

C) o que pretende é evitar que se utilizem provas obtidas por meios ilícitos, contrariando os direitos fundamentais.

67. (2017 - IBADE - Adaptada) Leia a seguir os seguintes artigos enunciados pela CRFB/88 e, a partir dos respectivos conteúdos, responda.

1. Artigo 5º, XXXVII: “Inexiste juízo ou tribunal de exceção”.

2. Artigo 5º, LIII: “Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

Qual princípio a seguir melhor sintetiza o conteúdo?

A) Razoabilidade.

B) Do juiz e do promotor natural.

C) Ampla Defesa.

68. (2017 - CESPE- Adaptada) Com base no texto constitucional e na jurisprudência do STF acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, individuais e coletivos, assinale a opção correta.

A) Ainda que sem autorização judicial, admite-se o ingresso no período noturno de agente policial em escritório de advocacia para a instalação de equipamento de captação de sinal acústico.

B) Dado o dever fundamental de pagar tributos, não é oponível o sigilo de informações bancárias à administração tributária.

C) A criminalização da prática de atos libidinosos e da pederastia em quartéis está contida no CPM, mas não foi acolhida pela CF.

69. (2017 - IBFC - Adaptada) Considere as normas da Constituição Federal sobre o rol exposto de penas vedadas no ordenamento constitucional brasileiro para assinalar a alternativa correta.

A) Não haverá penas, salvo em caso de guerra declarada, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou cruéis

B) Não haverá penas, salvo em caso de guerra declarada, de caráter perpétuo, de morte, de trabalhos forçados, de banimento ou cruéis

C) Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento ou cruéis

70. (2017 - FCC- Adaptada) Marinete ficou extremamente chateada ao chegar na sua empregadora, a empresa H, para mais um dia normal de trabalho e encontrar seu computador com uma nova tela de descanso. Esta tela possuía diversos macacos segurando placas com dizeres racistas. Inconformada com o fato, resolveu descobrir tudo a respeito do racismo do qual foi vítima. Assim, começando pela Constituição Federal, Marinete descobriu que a prática do racismo

A) constitui crime inafiançável e imprescritível, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.

B) constitui crime inafiançável com prazo prescricional de dez anos, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.

C) constitui crime inafiançável com prazo prescricional de vinte anos, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.

71. (2017 - IADES - Adaptada) É afiançável, segundo a Constituição Federal e o Código de Processo Penal, o crime de

A) racismo.

B) tortura.

C) furto.

72. (2017 - PM/MG - Adaptada) No artigo 5º da Constituição Federal estão previstos os “Direitos e deveres individuais e coletivos”. Baseando-se no artigo constitucional em questão, marque a alternativa INCORRETA:

A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

B) Conceder-se-á habeas data sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

73. (2017 - FCC - Adaptada) O pai de Almir, Adalberto, faleceu deixando dívida referente à reparação de danos decorrente de condenação criminal que lhe foi imposta. Almir, preocupado com seu patrimônio, consultou a Constituição Federal para saber se seus bens respondem pela dívida deixada pelo seu pai e descobriu que

A) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executadas, salvo nos casos que envolvam credores menores de idade, situação na qual responderão o patrimônio particular e o transferido, ilimitadamente.

B) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executada, pois deixa de existir com a morte do condenado.

C) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

74. (2017 - FCC - Adaptada) À luz da Constituição da República, brasileiro naturalizado que, comprovadamente, esteja envolvido em tráfico ilícito de entorpecentes, na forma da lei,

A) não poderá ser extraditado, pois é expressamente vedada a extradição de brasileiro.

B) somente poderá ser extraditado se ficar caracterizado crime político ou de opinião, casos em que a Constituição veda expressamente a extradição apenas de estrangeiro.

C) poderá ser extraditado, ainda que o envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes seja posterior à naturalização.

75. (2017 - IBADE- Adaptada) Ao Ruy Barbosa, um dos maiores constitucionalistas brasileiros, é atribuída a autoria das seguintes frases: 1) “A acusação é sempre um infortúnio enquanto não verificada pela prova.”; e 2) “A justiça atrasada não é justiça; senão injustiça qualificada e manifesta.” Assinale a alternativa que contém os princípios encapados pela Constituição da República de 1988 e que são retratados nas lições supracitadas.

- A) Razoabilidade e inadmissibilidade da prova ilícita
- B) Duplo grau de jurisdição e Razoabilidade
- C) Presunção de não culpabilidade e Duração razoável do processo

76. (2017 - FAUEL - Adaptada) Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- A) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- B) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- C) Só é lícita a prisão civil de depositário infiel quando se tratar de depositário nomeado pelo juízo.

77. (2017 - VUNESP - Adaptada) Quanto ao habeas corpus, assinale a alternativa correta.

- A) É gratuito.
- B) É cabível em relação a qualquer punição disciplinar militar.
- C) Concede-se para proteger direito líquido e certo.

78. (2017 - VUNESP - Adaptada) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que

- A) a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- B) alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- C) qualquer cidadão pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, por falta de norma regulamentadora.

79. (2017 - VUNESP - Adaptada) Uma servidora municipal exerceu, desde 22 de outubro de 1986, a função de dentista na municipalidade, atuando em ambiente insalubre. A autora ressaltou que a inexistência de lei complementar inviabiliza o exercício do direito à aposentadoria, implementado o período consentâneo com o desgaste decorrente do contato com agentes nocivos à saúde, com portadores de moléstias infectocontagiosas humanas e materiais e objetos contaminados.

No caso hipotético em tela, a ação cabível para obtenção da aposentadoria especial é

A) o mandado de segurança.

B) a ação declaratória.

C) o mandado de injunção.

80. (2017 - IF/MG - Adaptada) Haverá invasão ilícita de domicílio na situação em que:

A) uma autoridade policial ingressa na casa de um cidadão, com o consentimento do mesmo, às 22h.

B) um agente público, munido de determinação judicial, força sua entrada na casa de um cidadão, às 23h, para realizar busca e apreensão.

C) vizinhos quebram as portas e janelas de uma casa imersa em um incêndio para resgatar os moradores que ali dormiam durante a madrugada.

81. (2016 - FCC - Adaptada) Bruna, desconfia que seu filho Murilo, 24 anos de idade, começou a praticar crimes de furtos, bem como crimes cibernéticos. Preocupada com a situação, inclusive porque Murilo recebe diversas cartas de cobranças de dívidas lícitas, Bruna resolve investigar a situação financeira do filho, mas nenhuma entidade Governamental, bem como nenhuma entidade de caráter público lhe fornecem qualquer informação. Conversando com sua amiga Soraia, estudante de direito, a mesma sugeriu que Bruna impetrasse um habeas data. Neste caso, Soraia fez a sugestão

A) incorreta porque não cabe habeas data para o conhecimento de informação relativa a terceiro, mas somente relativa ao impetrante.

B) correta porque segundo a carta magna conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como de terceiros a ela relacionados constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

C) incorreta porque o habeas data cabe apenas para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

82. (2016 - IESES- Adaptada) Quanto aos Direitos e Garantias Fundamentais é INCORRETO afirmar que:

A) Será admitida ação pública nos crimes de ação privada, se esta não for intentada no prazo legal.

B) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

C) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

D) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

83. (2016 - RHS CONSULT - Adaptada) Quando alguém se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

À hipótese acima, pode-se relacionar qual espécie de habeas corpus?

A) Preventivo (salvo-conduto).

B) Repressivo.

C) Propositivo.

84. (2016 - FEPESE - Adaptada) Assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A) A lei prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

B) O voto é obrigatório para os maiores de setenta anos.

C) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

85. (2016 - FEPESE - Adaptada) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, qual a ação cabível para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo?

A)habeas data

B)habeas corpus

C)mandado de injunção

86. (2016 - FEPESE - Adaptada) Assinale a alternativa correta sobre o direito de petição.

A) Exceto para os reconhecidamente pobres, o direito de petição é remunerado mediante taxa.

B) O direito de petição se relaciona apenas com a expedição de certidões pelas repartições administrativas, excluída tal possibilidade para os processos judiciais.

C) O direito de petição é considerado um direito e uma garantia individual, não podendo ser suprimido por meio de emenda constitucional.

87. (2016 - FCC- Adaptada) Considere os seguintes crimes:

I. Tráfico de entorpecentes.

II. Racismo.

III. Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

IV. Terrorismo.

V. Tortura.

A Constituição Federal estabelece que são crimes imprescritíveis os que constam APENAS em

A) I, II e IV.

B) I, IV e V.

C) II e III.

88. (2016 - FUNDEP - Adaptada) Determinado estado da Federação pretende realizar licitação para construção de um grande estádio de futebol. Mateus pretende, como cidadão, impedir a realização da obra, cuja estimativa de preço considera superfaturada e que, em sua opinião, será usada para o desvio de recursos públicos. Buscando reunir a documentação necessária à realização de seu intento, requer à autoridade competente, com a devida fundamentação, informações sobre os projetos e cálculos dos custos da obra. A autoridade requerida indefere o requerimento sem motivação.

Contra o indeferimento, Mateus deverá utilizar a seguinte garantia constitucional:

A) Mandado de segurança.

B) Habeas data.

C) Mandado de injunção.

89. (2016 - FUNCAB- Adaptada) Nos termos dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:

A) Conceder-se-á mandado, de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

B) Toda propriedade rural, desde que trabalhada pela família do proprietário, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

C) Ninguém será preso senão em flagrante delírio ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo apenas nos casos de crime propriamente militar, definidos em lei.

90. (2016 - FEPESE - Adaptada) De acordo com a Constituição Federal, não haverá penas:

1. cruéis
2. restritivas de direito
3. de caráter perpétuo

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) É correta apenas a afirmativa 3.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.

91. (2016 - FEPESE - Adaptada) De acordo com a Constituição Federal, o tribunal do júri é competente para julgar os crimes:

- A) dolosos ou culposos contra a administração da justiça.
- B) dolosos contra a saúde pública.
- C) dolosos contra a vida.

92. (2016 - FUNCAB- Adaptada) Nos termos dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:

A) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo apenas nos casos de crime propriamente militar, definidos em lei.

B) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

C) Toda propriedade rural, desde que trabalhada pela família do proprietário, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

93. (2016 - FCC - Adaptada) É considerado pela doutrina como (sub)princípio derivado do princípio da proporcionalidade:

A) Boa-fé objetiva.

B) Proibição de retrocesso social.

C) Proibição de proteção insuficiente.

94. (2016 - COMPERVE - Adaptada) A legalidade é elemento extremamente relevante no âmbito do atual Estado Constitucional Democrático, pois é a ideia de legalidade que impõe limites à atuação do Poder Público. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 determina que

A) a prisão não poderá ocorrer senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

B) o civilmente identificado será submetido a identificação criminal, independentemente de previsão legal e determina que é indispensável à privação da liberdade o respeito ao devido processo legal.

C) o brasileiro nato e o naturalizado podem ser extraditados em caso de crime comum ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

95. (2016 - COMPESA - Adaptada) Ednaldo soube por um amigo que determinada empresa pública estadual mantinha em seu poder diversas informações, relativas à sua pessoa, que seriam incorretas. Ato contínuo procurou um advogado e solicitou esclarecimentos de como deveria proceder para retificar os dados incorretos.

À luz da sistemática constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

A) Ednaldo deve impetrar um mandado de segurança, quer tenha solicitado a retificação dos dados à autoridade administrativa, quer não.

B) Ednaldo deve impetrar um mandado de injunção, de modo que o tribunal competente fixe os balizamentos a serem observados na correção dos dados.

C) Ednaldo deve impetrar um habeas data, que pressupõe a apresentação de prova do indeferimento administrativo do pedido de retificação.

96. (2016 - UFGC- Adaptada) A Constituição Federal em seu art. 5º, XXXV diz que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Tal dispositivo consagra o Princípio do(a)

A) razoável duração do processo;

B) tutela jurisdicional;

C) isonomia perante a lei.

97. (2016 - CESPE- Adaptada) Uma autoridade pública de determinado estado da Federação negou-se a emitir certidão com informações necessárias à defesa de direito de

determinado cidadão. A informação requerida não era sigilosa e o referido cidadão havia demonstrado os fins e as razões de seu pedido.

Nessa situação hipotética, o remédio constitucional apropriado para impugnar a negativa estatal é o(a)

- A)ação popular.
- B)mandado de segurança.
- C) habeas data.

98. (2016 - CONSULPLAN - Adaptada)São isentos do pagamento de custas e taxas judiciais, EXCETO:

- A)O Habeas Data.
- B)O Habeas Corpus.
- C) Mandado de Segurança.

99. (2016 - CONSULPLAN - Adaptada) A Constituição da República brasileira reconheceu a instituição do Tribunal do Júri como competente para julgar os crimes dolosos contra a vida, com a organização que lhe der a legislação, assegurando-lhe, explicitamente, tradicionais valores, EXCETO:

- A)O princípio do contraditório.
- B)O sigilo das votações.
- C)A soberania dos veredictos.

100. (2016 - FUNRIO - Adaptada) Nos termos da jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal o processo administrativo disciplinar não requer necessária a presença de:

- A)advogado

B) informação

C) defesa

101. (2014 – FGV) Deise pretende ter acesso a informações pertinentes à atividade estatal que estão em poder de específico órgão público, aduzindo que todos os dados de interesse coletivo ou geral devem ser públicos.

Nos termos da Constituição Federal, o direito de acesso às informações estatais

A) é absoluto, em decorrência da publicidade dos atos.

B) tem, como limite, o sigilo imprescindível à segurança do Estado.

C) depende de autorização excepcional do Executivo.

102. (2017 - FGV - Adaptada) Maria, maior e capaz, reside no Município Sigma e tem um filho, Lucas, pessoa com deficiência, com 8 (oito) anos de idade. Por ser uma pessoa humilde, sem dispor de recursos financeiros para arcar com os custos de um colégio particular, Maria procura a Secretaria de Educação do Município Sigma para matricular seu filho na rede pública. Seu requerimento é encaminhado à assessoria jurídica do órgão municipal, para que seja emitido o respectivo parecer para a autoridade executiva competente.

A partir dos fatos narrados, considerando a ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) O pedido formulado por Maria deve ser indeferido, uma vez que incumbe ao Município atuar apenas na educação infantil, a qual é prestada até os 5 (cinco) anos de idade por meio de creches e pré-escolas. Logo, pelo sistema constitucional de repartição de competências, Lucas, pela sua idade, deve cursar o Ensino Fundamental em instituição estadual de ensino.

B) O parecer da assessoria jurídica deve ser favorável ao pleito formulado por Maria, garantindo ao menor uma vaga na rede de ensino municipal. Pode, ainda, alertar que a

Constituição da República prevê expressamente a possibilidade de a autoridade competente ser responsabilizada pelo não oferecimento do ensino obrigatório ou mesmo pela sua oferta irregular.

C) O pleito de Maria deve ser deferido, ressalvando-se que Lucas, por ser pessoa com deficiência, necessita de atendimento educacional especializado, não podendo ser incluído na rede regular de ensino do Município Sigma.

103. (2017 – FGV – Adaptada) (2017 - FGV - Adaptada) Luca nasceu em Nápoles, na Itália, em 1997. É filho de Marta, uma ilustre pintora italiana, e Jorge, um escritor brasileiro. Quando de seu nascimento, seus pais o registraram apenas perante o registro civil italiano.

Luca nunca procurou se informar sobre seu direito à nacionalidade brasileira, mas, agora, vislumbrando seu futuro, ele entra em contato com um escritório especializado, a fim de saber se e como poderia obter a nacionalidade brasileira.

Assinale a opção que apresenta, em conformidade com a legislação brasileira, o procedimento indicado pelo escritório.

A) Luca não tem direito à nacionalidade brasileira, eis que seu pai não estava ou está a serviço do Brasil.

B) Luca não poderá mais obter a nacionalidade brasileira, tendo em vista que já é maior de idade.

C) Luca deverá ir residir no Brasil e fazer a opção pela nacionalidade brasileira.

104. (2014 - FGV - Adaptada) A CRFB/88 identifica as hipóteses de caracterização da nacionalidade para brasileiros natos e os brasileiros naturalizados.

Com base no previsto na Constituição, assinale a alternativa que indica um caso constitucionalmente válido de naturalização requerida para obtenção de nacionalidade brasileira.

A) Juan, cidadão espanhol, casado com Beatriz, brasileira, ambos residentes em Barcelona.

B) Louis, cidadão francês, domiciliado em Brasília há 14 anos, que está em liberdade condicional, após condenação pelo crime de exploração sexual de vulnerável.

C) Maria, 45 anos, cidadã russa, residente e domiciliada no Brasil desde seus 25 anos de idade, processada criminalmente por injúria, mas absolvida por sentença transitada em julgado.

105. (2011 - FGV - Adaptada) No que tange ao direito de nacionalidade, assinale a alternativa correta.

A) O brasileiro nato não pode perder a nacionalidade.

B) O filho de pais alemães que estão no Brasil a serviço de empresa privada alemã será brasileiro nato caso venha a nascer no Brasil.

C) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado pela prática de crime comum após a naturalização.

106. Assinale a assertiva em consonância com o disposto na Constituição Federal:

a) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Legislação Complementar.

b) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante

c) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

107. Assinale a assertiva em consonância com o disposto na Constituição Federal:

a) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

b) o preso será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

c) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

108. Assinale a assertiva em consonância com o disposto na Constituição Federal:

a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

c) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

109. Nos termos da Constituição Federal, são direitos sociais:

a) A educação, a saúde e a plenitude de defesa.

b) O voto, o lazer e a segurança.

c) A proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

110. (2015 - VUNESP - Adaptada) Nos termos da Constituição Federal, são gratuitas as ações de

A) Mandado de Segurança e atos necessários ao exercício da cidadania.

B) Mandado de Segurança e Habeas Corpus.

C) Habeas Corpus e Habeas Data.

111. (2015 - VUNESP - Adaptada) Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos políticos previstos na Carta Magna brasileira.

A) Não podem se alistar como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

B) A idade de trinta e cinco anos é uma das condições de elegibilidade para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal

C) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

112. (2015 - VUNESP - Adaptada) Quanto às ações constitucionais, também conhecidas como “remédios constitucionais”, previstas na Constituição Federal, é correto afirmar que:

A) qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

B) são gratuitas as ações de habeas corpus e mandado de segurança.

C) será concedido mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

113. (2015 - VUNESP - Adaptada) No que diz respeito aos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição da República, é correto afirmar que

A) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança

B) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.

C) é reconhecida a instituição do júri, com a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.

114. (2015 - VUNESP - Adaptada) A Constituição Federal assegura que

A) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

B) não haverá pena de interdição de direitos.

C) a lei considerará os crimes hediondos inafiançáveis e imprescritíveis.

115. (2015 - VUNESP - Adaptada) Quanto aos Direitos e Garantias Fundamentais, é correto afirmar que

A) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados, imediatamente, ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

B) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.

C) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, salvo o preso em flagrante delito.

116. (2014 - FUNCAB - Adaptada) Sobre Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta.

A) Mandado de segurança pode substituir ação de cobrança.

B) A lei poderá, em caso de dolo, admitir a pena de trabalhos forçados para os crimes hediondos.

C) A lei penal não pode retroagir, salvo para beneficiar o réu.

117. (2014 - FUNCAB - Adaptada) Remédio jurídico constitucional que será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder é denominado:

A) mandado de segurança.

B) habeas data.

C)habeas corpus.

118. (2014 - FUNCAB - Adaptada) O que será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania?

A)Habeas corpus

B)Ação popular

C)Mandado de injunção

119. (2014 - CEPERJ- Adaptada) Nos termos da Constituição, não cabendo Habeas Data ou Habeas Corpus, será possível a impetração de Mandado de Segurança quando houver:

A)pretensão resistida

B)direito líquido e certo

D)decisão administrativa

120. (2014 - CEPERJ- Adaptada) A impetração de Habeas Corpus, embora, na história constitucional brasileira tenha sido utilizada de forma alternativa, tem, na sua concepção clássica e que consta do texto da Constituição Federal, o intuito de proteger o direito fundamental de:

A)vida

B)liberdade

C)autoridade

121. (2014 - FUNCAB - Adaptada) Na aplicação das penas, de acordo com a Constituição Federal brasileira, o trabalho forçado:

A)é permitido nas colônias agrícolas.

B) só se aplica ao sexo masculino.

C) é vedado categoricamente.

122. (2014 - FCC - Adaptada) As idades mínimas de I - vinte e um, II - trinta, e III - trinta e cinco anos são condições de elegibilidade, respectivamente, para

A) I - Prefeito / II - Governador de Estado / III - Presidente da República

B) I - Prefeito / II - Deputado Federal / III - Presidente da República

C) I - Vereador / II - Deputado Federal / III - Governador de Estado

123. (2014 - IBFC - Adaptada) A Constituição Federal, no capítulo “Dos Direitos e das garantias individuais”, veda alguns tipos de pena. Assinale a alternativa em que a pena descrita NÃO é vedada pelo texto constitucional:

A) Pena de banimento

B) Pena de trabalhos forçados.

C) Pena de perda de bens.

124. (2014 - FUNCEPE - Adaptada) Entre os chamados remédios constitucionais, o que assegura o direito de retificação de dados pessoais, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, é:

A) habeas corpus

B) mandado de injunção

C) habeas data

125. (2014 - FUNCEPE - Adaptada) De acordo com o Art. 5 da Constituição Federal, qual pena é admitida no Brasil?

A) de banimento

B)de perda de bens

C)cruéis

126. (2014 - VUNESP - Adaptada) Conforme estabelece a Constituição Federal, a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida é do

A)juiz criminal de primeira instância.

B)juizado especial criminal.

C)júri.

127. (2014 - VUNESP - Adaptada) A idade mínima para alguém candidatar-se a Presidente e Vice-Presidente da República e Senador é de

A)35 anos.

B)30 anos.

C)25 anos.

128. (2014 - CONTEMAX - Adaptada) Juan Rey, 37 anos, empresário espanhol, residente no Brasil há cinco anos. Deseja instalar um empreendimento no estado da Paraíba. À luz da Constituição Federal, ele não pode ser proprietário de:

A)Estabelecimento escolar de ensino fundamental;

B)produtora de vídeo;

C)empresa jornalística.

129. (2014 - FCC - Adaptada) Genoval e Simone viajaram em suas férias para Paris objetivando visitar um casal de amigos. Simone, grávida, durante a viagem, sofreu um acidente automobilístico que antecipou o parto de seu filho, Bruno. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, apesar de Bruno ter nascido em Paris, será considerado brasileiro nato

A) imediatamente a partir de seu nascimento, desde que seja registrado em repartição brasileira competente, no prazo de cento e vinte dias a contar da data de seu nascimento.

B) imediatamente a partir de seu nascimento, independentemente de opção de nacionalidade ou registro em repartição brasileira.

C) desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

130. (2014 - FGV - Adaptada) Inserido no título de Direitos e Garantias Fundamentais, o Art. 5º da Constituição da República trata dos direitos e deveres individuais e coletivos. Em matéria processual, tal norma estabelece que:

A) as provas obtidas por meios ilícitos são admissíveis, no processo, com escopo de prestigiar a verdade real;

B) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa de uma das partes o exigir;

C) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

131. (2014 - CETRO - Adaptada) Sobre os direitos de nacionalidade previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

A) Aos portugueses com residência no Brasil, mesmo se não houver reciprocidade em favor de brasileiros, são atribuídos direitos inerentes aos brasileiros.

B) A distinção entre brasileiro nato e naturalizado deve ser objeto de lei que até hoje não foi promulgada.

C)É brasileiro nato aquele que nasce no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira desde que seja registrado em repartição pública brasileira competente.

132. (2014 - FUNDEP - Adaptada) Sobre mandado de segurança, com base na lei e na jurisprudência sumulada dos tribunais superiores, assinale a alternativa CORRETA.

A)A controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança, instituto de defesa de direito certo e incontestável.

B)É inconstitucional a estipulação de prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança.

C)Não é cabível a condenação em honorários advocatícios em ações de mandado de segurança.

133. (2014 - FCC- Adaptada) Com relação aos direitos individuais e aos mecanismos para sua proteção - garantias ou remédios constitucionais -, é correto afirmar:

A)Quando negada por uma repartição pública uma certidão que se faz necessária para a defesa de direitos pessoais é cabível a impetração de mandado de segurança.

B)No que se refere à legitimidade ativa, tem-se que pessoa jurídica não pode impetrar habeas data.

C)O mandado de segurança poderá ser proposto concomitantemente com o habeas data versando sobre o mesmo fato e matéria.

134. (2014 - CEC - Adaptada) A respeito dos remédios constitucionais, assinale a afirmativa INCORRETA:

A)O habeas data possui previsão de custas e emolumentos.

B)O habeas corpus, para ser impetrado, prescinde da atuação de um advogado

C)O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado

135. (2014 - FGV - Adaptada) Maria, desconfiada de que seu esposo Antônio a estava traindo, resolveu grampear o celular de seu cônjuge, com fito de interceptar suas comunicações telefônicas, gravando inclusive. Dessa forma, Maria conseguiu comprovar a traição, inclusive, uma ardente conversa de amor entre Antônio e sua amante. Sob o prisma das garantias fundamentais previstas no Art. 5º da Constituição da República de 1988, a conduta de Maria ao proceder diretamente à interceptação telefônica está:

A) correta, pois agiu em defesa de sua honra e de sua família;

B) correta, desde que junte ao processo judicial de divórcio o inteiro teor das comunicações telefônicas gravadas;

C) errada, pois as comunicações telefônicas são invioláveis, salvo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

136. (2014 - CESGRANRIO - Adaptada) Na medida em que não se permite o uso de algemas de forma indiscriminada, somente admitindo-se a sua utilização em casos excepcionais, está sendo efetivada a proteção contra o(a)

A) direito de crença

B) livre locomoção

C) tratamento desumano

137. (2014 - VUNESP - Adaptada) Dentre os princípios elencados a seguir, não está previsto expressamente na Constituição Federal de 1988 o princípio

A) do amplo e irrestrito acesso ao Poder Judiciário em caso de lesão ou ameaça a direito.

B) da publicidade das decisões judiciais.

C) do duplo grau de jurisdição.

138. (2014 - FCC- Adaptada) Dentre os direitos e garantias individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, encontra-se

A) a garantia do mandado de segurança para a proteção do direito de ir e vir.

B) a garantia de não admissão nos processos, das provas obtidas por meios ilícitos, salvo nos casos de guerra e atentado contra a ordem constitucional.

C) a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

PERGUNTAS COM ANIMAÇÃO

As questões que apresentam animação como resposta são:

1) As Testemunhas de Jeová, em interpretação bíblica, consideram o sangue “algo especial”, de modo tal, que a transfusão sanguínea viola as leis de Deus. Carlos, Testemunha de Jeová, precisa realizar um tratamento médico que só pode ser realizado através de transfusão de sangue. Nesse caso, seria correto afirmar que:

a) Se Carlos estiver inconsciente ou incapaz, os familiares ou responsáveis por este poderão recusar o tratamento, o que será suficiente para afastar a prática da transfusão pelos médicos.

b) Caso Carlos tivesse manifestado vontade antecipada, por escrito e obedecidos os requisitos de validade do ato jurídico, mesmo estando inconsciente no momento da transfusão, único tratamento aplicável, sua vontade teria que ser respeitada pelos médicos.

c) Se existir uma forma alternativa de tratamento deve-se respeitar o direito de escolha do paciente em respeito à objeção de consciência.

2) Camila, por volta das 22h, ouve os gritos de Márcio, seu vizinho, pedindo socorro. Sem pensar duas vezes a jovem ingressa na casa de Márcio, sem o consentimento expresso

deste e sem mandado judicial, para prestar-lhe socorro. Nesse caso, é correto afirmar que:

a) Camila não poderia ingressar na casa de Márcio no período noturno e sem o consentimento deste em razão do princípio da inviolabilidade do domicílio.

b) Camila não poderia ingressar na casa de Márcio sem autorização judicial.

c) Camila agiu corretamente, pois é permitido adentrar na casa do indivíduo mesmo sem o consentimento para prestar socorro.

3) Durante a realização de uma interceptação telefônica autorizada judicialmente com a finalidade de apurar crime de homicídio se descobriu que um dos interlocutores cometeu o crime de seqüestro. Com relação a essa prova no processo referente ao crime de seqüestro:

a) É prova ilícita, portanto, não é válida.

b) Somente seria válida se a autorização para a interceptação tivesse sido conferida pelo juiz do processo referente ao crime de seqüestro.

c) É válida a prova de um crime descoberta acidentalmente durante a escuta telefônica autorizada judicialmente pra a apuração de crime diverso.

4) Fabíola recebe uma ligação na qual o interlocutor a informa que seqüestrou sua filha, lhe cobra um resgate e que ligará novamente para negociarem o pagamento. Durante o lapso temporal decorrido até a segunda ligação, Fabíola instala aplicativo em seu celular e passa a gravar as conversas com o interlocutor. As gravações de Fabíola são:

a) Provas ilícitas porque Fabíola não possuía autorização judicial para realizá-las.

b) Provas lícitas, em qualquer caso, haja vista que é possível a gravação telefônica por um dos interlocutores sem a autorização judicial, mesmo que não haja investida criminosa.

c) Provas lícitas, pois se admite a gravação telefônica por um dos interlocutores sem a autorização judicial, caso haja investida criminosa.

5) Joana quer reunir-se pacificamente em local aberto ao público. Para tanto precisará observar:

- a) Que não poderá frustrar outra reunião convocada anteriormente par ao mesmo local e pedir autorização à autoridade competente;
 - b) Apenas pedir autorização à autoridade competente, pouco importando a existência de outra reunião convocada anteriormente para o mesmo local.
 - c) Que não poderá frustrar outra reunião convocada anteriormente par ao mesmo local e avisar previamente a autoridade competente.
- 6) A “marcha da maconha”, evento ocorrido em espaço público para protestar em favor da legalização do uso e da comercialização de drogas no Brasil é considerada:
- a) Ilegal, pois não se pode reunir em local público para defender a legalização das drogas;
 - b) Legal, sendo permitido além da defesa da legalização das drogas, o incentivo, a incitação ou o estímulo ao consumo de entorpecentes.
 - c) Legal, pois é inconstitucional qualquer interpretação do Código Penal que possa ensejar a criminalização da defesa da legalização das drogas, inclusive através de manifestações e eventos públicos. Não é permitido, todavia, o incentivo, incitação ou estímulo o consumo na sua realização.
- 7) João, policial militar no estado do Amazonas, recebeu uma notificação informando que deveria comparecer à uma associação de policiais para associar-se à ela. Nesse caso:
- a) João está obrigado a comparecer, pois a associação e permanência são obrigatórias.
 - b) João está obrigado a comparecer e terá que associar-se por, pelo menos, um ano.
 - c) João não poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- 8) Miguel, dentista, é associado a uma instituição que consegue convênios com empresas para a concessão de descontos específicos à seus associados. Determinado dia, João entrou em contato com a instituição para solicitar seu desligamento, pois não era mais de se interesse usufruir dos descontos, mas a instituição negou o pedido de João informando que o mesmo estava obrigado a permanecer vinculado por pelo menos cinco anos. Nesse caso:
- a) Miguel está obrigado a permanecer associado até 5 anos, estando correta a informação prestada pela instituição.

b) Miguel está obrigado a permanecer associado até 2 anos, estando incorreta a informação prestada pela instituição.

c) Miguel não poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado e a instituição está errada ao negar a desvinculação do membro.

9) Vânia compareceu à órgão da prefeitura da cidade onde reside para obter informações sobre um imóvel que possui. Todavia, o servidor ali lotado, lhe disse que não poderia prestar aquela informação, em que pese a mesma não tenha qualquer relação com a segurança da sociedade e do Estado e nem esteja vinculada à informações pessoais de terceiros. Nesse caso Vânia, por ter direito à informação deve:

a) Impetrar habeas data.

b) Impetrar mandado de segurança.

c) Impetrar habeas corpus.

10) O Município de São Piraíbe, buscando dar maior transparência pública, divulgou na internet a remuneração de seus servidores. Nesse caso,

a) As informações relacionadas à remuneração bruta, cargos, funções e órgãos de lotação, são de interesse coletivo ou geral, e sua divulgação não fere a intimidade ou vida privada dos agentes públicos.

b) As informações relacionadas à remuneração bruta, cargos, funções e órgãos de lotação, são de interesse coletivo ou geral, mas sua divulgação fere a intimidade ou vida privada dos agentes públicos.

c) A administração não deve divulgar informações relacionadas à remuneração bruta, cargos, funções e órgãos de lotação, pois não são informações de interesse coletivo ou geral.

11) Camila compareceu à departamento da fazenda pública municipal para requerer, para si, uma certidão negativa de débito em nome de seu vizinho, Ambrózio, com o único intuito de tomar conhecimento se o mesmo vinha realizando o pagamento de suas obrigações. Nesse caso,

- a) O direito de obtenção de certidão em repartições públicas só é admissível para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, não estando, portanto, a administração obrigada a fornecer a certidão solicitada por Camila.
- b) O direito de obtenção de certidão em repartições públicas só é admissível para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal e de terceiros, estando, portanto, a administração obrigada a fornecer a certidão solicitada por Camila.
- c) Camila deverá impetrar um mandado de segurança caso lhe seja negada a certidão, pois possui direito líquido e certo de obtê-la.

12) Heleno, tendo acesso a algumas informações e, sabendo que possui o direito à obtenção de certidões perante órgãos públicos, requer a emissão de certidão que ateste e veracidade das informações já conhecidas, com a finalidade de buscar a defesa de seus direitos. Rogério, funcionário público, nega o pedido de Heleno. Nesse caso, é possível afirmar que:

- a) Mesmo Heleno já tendo acesso às informações, poderá impetrar habeas data.
- b) O direito de certidão já é um remédio constitucional administrativo e não cabe nenhum outro remédio constitucional capaz de ampará-lo no caso em questão.
- c) O remédio constitucional que protege o direito de certidão de Heleno é o mandado de segurança.

13) Lei estadual criou uma vara especializada para processar e julgar crimes praticados por organizações criminosas. Essa vara especializada seria competente para julgar, inclusive, os crimes dolosos contra a vida. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A lei estadual é inconstitucional, haja vista que a Constituição Federal prevê expressamente que é de competência do Tribunal do Júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- b) A lei estadual é constitucional, pois cabe ao Estado a organização dos seus respectivos Tribunais de Justiça.
- c) Embora a Constituição Federal traga a previsão de que os crimes dolosos contra a vida serão julgados pelo Tribunal do Júri, não há impedimento para criação de varas especializadas, mesmo para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

14) João responde por homicídio simples, cuja pena máxima é de vinte anos, por ter matado alguém, no dia 27/10/2016. Em 10/12/2018 surge uma nova lei aumentando a pena máxima do crime de homicídio simples para trinta anos. Nesse caso, quando o juiz for sentenciar o processo de João, deverá:

- a) Procurar calcular a média das penas máximas das duas leis para aplicar ao caso de João.
- b) Aplicar a lei antiga, pois a regra é a da irretroatividade da lei penal que traga prejuízo para o réu.
- c) Aplicar a lei nova, pouco importando se ela traz benefícios ou prejuízos ao réu, pois se analisa a pena em vigor no momento do julgamento

15) Tício morre deixando uma dívida de R\$ 1.500.000,00 decorrente de obrigação de reparar o dano provado por prática de infração penal. Deixa um patrimônio de R\$ 900.000,00 para seus sucessores Maralinda e Maralindo. Nesse caso,

- a) Os sucessores não têm o dever de pagar a dívida, ou seja, reparar o dano deixado por Tício.
- b) A obrigação de reparar o dano irá se estender aos sucessores, tendo Maralinda e Maralindo a obrigação de quitar a totalidade do débito deixado por Tício.
- c) A obrigação de reparar o dano irá se estender a Maralinda e Maralindo, mas apenas até o limite do patrimônio transferido, ou seja, os R\$ 900.000,00.

16) Humberto deixou de efetuar o pagamento de pensão alimentícia de seu filho, a qual havia sido arbitrada judicialmente há alguns anos. Nesse caso, considerando o disposto nos Direitos e Garantias Fundamentais, indique a alternativa correta:

- a) Humberto não poderá ser preso, pois não há prisão civil por dívida.
- b) Caso o inadimplemento seja voluntário e inescusável, Humberto poderá ser preso.
- c) A eventual prisão de Humberto se revela constitucional, mesmo que ele tenha plausível justificativa para o inadimplemento.

17) É chamado de depositário aquele a quem é entregue um bem em depósito por autoridade. Quando essa pessoa não a conserva ou não o restitui quando exigido, se torna depositário infiel. Quanto à prisão do depositário infiel, assinale a opção correta:

- a) Não é possível a prisão do depositário infiel.
 - b) A autorização dada pela Constituição, por si só, é suficiente para autorizar a prisão do depositário infiel.
 - c) Mesmo que não houvesse autorização expressa na Constituição, a prisão do depositário infiel seria admitida.
- 18) Viridiana se acha ameaçada de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por abuso de poder. Nesse caso, deverá utilizar-se de qual remédio constitucional?
- a) Habeas-corpus
 - b) Mandado de Segurança
 - c) Pedido de relaxamento de prisão.
- 19) Acerca dos remédios constitucionais relacionados à liberdade de locomoção, assinale a alternativa correta:
- a) Pessoa jurídica pode impetrar habeas corpus, mas sempre a favor de pessoa jurídica.
 - b) Pessoa jurídica pode impetrar habeas corpus, mas sempre a favor de pessoa física.
 - c) Pessoa jurídica pode impetrar habeas corpus em favor de pessoa jurídica.
- 20) Maria possui um direito líquido e certo que não vem sendo garantido por abuso de poder cometido por autoridade pública. Nesse caso, Maria possui um remédio constitucional a empregar. Qual seria?
- a) Habeas Corpus
 - b) Mandado de segurança
 - c) Mandado de injunção
- 21) Joana deseja obter uma informação acerca de si própria. Essa informação está contida em um banco de dados de caráter público. Todavia, a empresa responsável pela manutenção do banco de dados não lhe dá acesso ao ali contido sobre sua pessoa. Nesse caso,
- a) Joana deve impetrar um mandado de segurança.
 - b) Joana deve impetrar um habeas-data.

- c) Joana deve impetrar um habeas-corpus.
- 22) Marcelo foi dispensado do emprego sem justa causa. Considerando-se os direitos previstos na Constituição Federal, é possível afirmar que:
- a) Embora a Constituição proteja a relação do emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nada fala acerca de indenizações.
- b) A Constituição Federal nada prevê acerca de proteção de emprego em face de dispensa sem justa causa.
- c) A Constituição protege a relação de emprego contra dispensa sem justa causa, especificando que a lei complementar preverá indenização para esses casos.

CRÉDITOS

O TriLegal foi desenvolvido por:

COLABORADOR(A)	VÍNCULO	PRINCIPAIS ATIVIDADES EXECUTADAS
Sarah Correia Oliveira	Mestranda do Instituto Federal de Educação do Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Seleção de conteúdo ✓ Definição de mecanismo do jogo ✓ Seleção e criação de perguntas para composição do banco de perguntas ✓ Elaboração de documentação do jogo
Jose Anglada Rivera	Docente do Instituto Federal do Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Orientação da mestranda
Jose Carlos da Silva Duarte Filho	Discente da Universidade do Estado do Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programação ✓ Implementação de banco de dados

		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de imagens e animações ✓ Elaboração de documentação do jogo
Luiz Fabio Bailosa de Alencar	Discente da Universidade do Estado do Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programação ✓ Implementação de banco de dados ✓ Criação de imagens e animações ✓ Elaboração de documentação do jogo
Fernanda Gabriela de Sousa Pires	Docente da Universidade do Estado do Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Orientação dos discentes da Universidade do Estado do Amazonas

FONTES

- ✓ Os direitos e garantias fundamentais podem ser acessados na Constituição Federal disponível no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- ✓ As questões de concurso foram selecionadas com ajuda da ferramenta de busca de questões disponível no site "olho na vaga", acessível através do endereço: <https://questoes.olhonavaga.com.br/>
- ✓ A plataforma utilizada para programação do jogo foi a Unity 3D, disponível em: <https://unity.com/pt>

- ✓ A ferramenta Renderforest, usada para criação das animações pode ser encontrada através do link: <https://www.renderforest.com/pt/animation-maker>
- ✓ Os jogos semelhantes utilizados para traçar comparativo com o TriLegal estão disponíveis no Google Play, em https://play.google.com/store/apps?hl=pt_BR